



1- No que diz respeito às disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Sobre essas condutas, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo e depois assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - [Lei 8.069/1990](#).
- () Para os efeitos da Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.
- () Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até quinze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre e vinte um anos a 23 anos de idade.
- () Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

- A- V, F, F, V
- B- V, V, F, V
- C- F, V, F, V
- D- F, F, V, F
- E- V, V, F, F

2- A Constituição Federal estabeleceu a família, a sociedade e o Estado como responsáveis pela formação e estruturação dos indivíduos, conforme dispõe o artigo 227:

- A- É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- B- É dever , exclusivo do conselho da criança e adolescente e associação de pais e professores, assegurar ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- C- É dever , somente da Prefeitura Municipal, Câmara de vereadores e conselho da criança e adolescente assegurar ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- D- É dever , somente do Juizado especial da infância e adolescência, assegurar ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- E- Somente a Alternativa c e d , estão corretas?

3- O Estatuto da Criança e do Adolescente é o conjunto de normas do ordenamento jurídico que tem como objetivo a proteção dos direitos da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Quais os principais deveres do estatuto de crianças e adolescentes?

- A- É dever da criança e adolescente, em caso de pais separados, respeitar tão somente os pais que estiverem com a guarda definitiva.



- B- É dever da criança e do adolescente respeitar pais e responsáveis; frequentar a escola; respeitar os professores e demais funcionários da escola; respeitar o próximo; participar das atividades em família e em comunidade; preservar espaços públicos; proteger o meio ambiente; participar de atividades educacionais.
- C- A criança e adolescente de pais separados, somente terá os deveres a cumprirem quando ainda não estiverem completados 12 anos de idade.
- D- Os deveres contidos no ECA, se extinguem após completar 12 anos de idade
- E- No estatuto da criança e adolescente- ECA não contemplam os deveres das crianças e adolescentes, contemplando tão somente os direitos.

4- Tecnicamente falando, menor de idade não comete crime, mas sim atos infracionais, quanto ao crime, é um ato ilícito definido pela legislação penal. Dessa forma, não existe um crime sem que a legislação não o tenha definido, diante desse enunciado: qual seria a definição de ato infracional? Assinale a alternativa correta.

- A- Que está em posição inferior a uma lei, na disposição hierárquica jurídica.
- B- São atos infralegais que encontram fundamento no poder normativo (art. 84, IV da CF). Ex: Decretos; Regulamentos; Portarias e etc. 5.2 ATOS ORDINATÓRIOS: São aqueles que visam a disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta de seus agentes no desempenho de suas atribuições.
- C- São atos infralegais que encontram fundamento no poder normativo (art. 84, IV da CF). Ex: Decretos legislativos, Regulamentos municipais e etc. 5.2 ATOS ORDINATÓRIOS: São aqueles que visam a disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta de seus agentes no desempenho de suas atribuições
- D- É a conduta descrita como crime ou contravenção penal, quando praticada por criança ou por adolescente (artigo 103, Lei 8069/90). Conceito de criança: É a pessoa que possui até doze anos de idade incompletos (artigo 2º, primeira parte, da Lei 8069/90).
- E- São aqueles que contêm uma sanção imposta pela Administração àqueles que infringirem disposições legais.

5- A ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é o documento que traz a Doutrina da Proteção Integral dos Direitos da Criança, que coloca a criança e o adolescente como sujeitos de direito com proteção e garantias específicas, como dito anteriormente. Para que isso seja alcançado, estruturou-se em dois princípios fundamentais. Assinale a alternativa correta:

- A- Princípio do Interesse do Menor: todas as decisões que dizem respeito ao menor devem levar em conta seu interesse superior. Ao Estado, cabe garantir que a criança ou o adolescente tenham os cuidados adequados quando pais ou responsáveis não são capazes de realizá-los;
- B- Princípio do Interesse do Menor: todas as decisões que dizem respeito ao menor devem levar em conta seu interesse superior. Ao Conselho tutelar do Município, cabe garantir que a criança ou o adolescente, seus pais e irmãos, maiores de 21 anos tenham os cuidados adequados quando pais ou responsáveis não são capazes de realizá-los;
- C- Princípio da Prioridade Absoluta: contido na norma constitucional (artigo 227), ele estabelece que os direitos das crianças e dos adolescentes devem ser tutelados com absoluta prioridade.
- D- Princípio da Prioridade Absoluta: contido na norma constitucional (artigo 227), ele estabelece que os direitos das crianças e dos adolescentes devem ser tutelados com absoluta prioridade, quando tiver um projeto de lei municipal que que regulamenta essa matéria.
- E- Somente a alternativa A e C estão corretas

6- Conforme dispõe o artigo 131 do ECA, Conselho Tutelar é o órgão que possui o dever de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Para que isso seja possível, são funções dos conselheiros, dentre outras:

- () Atender as crianças e adolescentes cujos direitos foram ameaçados ou violados, bem como os menores que praticaram ato infracional;



- () Atender e aconselhar os pais ou responsável (encaminhar para serviços de apoio à família, cursos de orientação, tratamentos psicológicos);
- () Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.
- () Atender as crianças e adolescentes, quando os pais estejam desempregados, com renda inferior a 1(um) salário mínimo cujos direitos foram ameaçados ou violados, bem como os menores que praticaram ato infracional. Assinale a alternativa correta.

- A- V, V, F, F
- B- F, F, F, V
- C- V, V, V, F
- D- V, F, V, F
- E- V, V, F, V

7- As medidas socioeducativas, são medidas aplicáveis a adolescentes envolvidos na prática de um ato infracional. Estão previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual apresenta, de forma gradativa, as medidas a serem aplicadas, desde a advertência até a privação de liberdade. Quais os objetivos das medidas socioeducativas?

- A - As medidas socioeducativas estão pautadas principalmente em uma proposta punitiva, com o comprimento e pena em regime fechado que visa à reinserção social do jovem, partindo da ressignificação de valores e da reflexão interna.
- B- As medidas socioeducativas estão pautadas principalmente em uma proposta pedagógica, que visa à exclusão social do jovem, partindo da ressignificação de valores e da reflexão interna.
- C- As medidas socioeducativas estão pautadas principalmente em uma proposta de tão somente limitar os direitos individuais, que visa a restrição da reinserção social do jovem, partindo da ressignificação de valores e da reflexão interna.
- D- As medidas socioeducativas estão pautadas principalmente em uma proposta pedagógica, que visa à reinserção social do jovem, partindo da ressignificação de valores e da reflexão interna.
- E-As medidas socioeducativas estão pautadas principalmente em uma proposta pedagógica, não se aplicam ao maior de 12 anos.

8 - Qualquer ato lesivo cometido contra o menor – os quais estão definidos na lei 8.609 de 1990, do artigo 225 ao 258 – é configurado como crime de ação pública incondicionada. Ou seja:

- A- Depende da manifestação prévia dos pais da criança e adolescente
- B- Depende da Assistente social junto do Conselho da criança e adolescente do município
- C - Não depende da manifestação prévia de qualquer pessoa para ser iniciado, nem sequer a do ofendido.
- D - Depende da manifestação prévia dos pais das crianças e adolescentes. Em caso do pais separados o conselho municipal da crianças e adolescentes deverão ser ouvidos.
- E - Tem que haver um inquérito policial sigiloso.

9 - O que diz o ECA sobre o trabalho infantil?

- () O ECA segue o disposto na Constituição de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos
- () Exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.



- () É também proibido o trabalho realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, além daquele realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.
- () A regra é a proibição do trabalho infantil. Ela tem sido afastada em alguns casos por autorização judicial, principalmente quando a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos.
- A- V, V, F, V
B- F, F, V, V
C- V, V, V, V
D- V, F, V, F
E- F, V, V, V

10- O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é o documento que traz a Doutrina da Proteção Integral dos Direitos da Criança, que coloca a criança e o adolescente como sujeitos de direito com proteção e garantias específicas, como dito anteriormente. Para que isso seja alcançado, estruturou-se em dois princípios fundamentais. Dentre os Aspectos importantes da lei 8609, de 1990, citamos: O primeiro artigo do ECA já nos informa e explica com clareza para quem é destinada essa legislação.

- A- Crianças: pessoas de até 12 anos de idade incompletos. Adolescentes: pessoas que têm entre 12 e 18 anos de idade. Casos expressos e excepcionais: pessoas que têm entre 18 e 21 anos de idade.
- B- Crianças: pessoas de até 10 anos de idade completo. Adolescentes: pessoas que tem entre 10 e 16 anos de idade. Em casos expresse e regular: pessoas que tem entre 18 a 21 anos de idade.
- C- Crianças: pessoas entre 8 anos de idade a 12 anos completo. Adolescentes: pessoas que tem entre 16 anos a 21 anos completo em conformidade com ECA.
- D- A idade das crianças e dos adolescentes será definida pelo conselho tutelar com registro do cartório civil da comarca.
- E- Crianças: pessoas de até 14 anos de idade incompletos. Adolescentes: pessoas que têm entre 11 e 12 anos de idade. Casos expressos e excepcionais: pessoas que têm entre 18 e 21 anos de idade.

11- O Estatuto da Criança e do Adolescente é de referência mundial como legislação destinada a proteger as crianças e os adolescentes. Fruto de um extraordinário processo de mobilização social e política, que envolveu representantes do Legislativo, do mundo jurídico e do movimento social, este ordenamento legal adota a chamada Doutrina da Proteção Integral, concepção que é a base da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, diante do exposto no ECA, podemos afirmar:

- A- Os filhos, havidos tão somente da relação do casamento, desde que não sejam por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- B- Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, não terão os mesmos direitos e qualificações, permitindo quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação do filho adotivo.
- C- Somente os filhos concebidos da relação formal entre homens e mulheres terão o amparo do estatuto de crianças e adolescentes
- D- Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão o os mesmos direitos e qualificações, após completar 12 anos de idade, permitindo quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação do filho adotivo.
- E- OS filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.



12- O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é o documento que traz a Doutrina da Proteção Integral dos Direitos da Criança, que coloca a criança e o adolescente como sujeitos de direito com proteção e garantias específicas: Assinale a Alternativa correta

- A- A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas somente pelo conselho tutelar da criança e adolescente do município, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22.
- B - A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22.
- C- A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, somente em casos de crianças e adolescentes adotivos em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22.
- D- A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, somente em casos de crianças e adolescentes adotivos.
- E- A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, somente em casos de crianças e adolescentes adotivos fora e menores de 21 anos em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22.

13 - Com atribuições previstas no artigo 136 do ECA. O conselheiro tutelar atende crianças e adolescentes diante de situações de violação de direitos. Também é papel do conselheiro atender e aconselhar os pais ou responsáveis dessas crianças e adolescentes. Como se dará o processo de escolha dos membros do conselho tutelar municipal? Marque a alternativa correta.

- A- O processo para escolha dos novos membros se dará de forma indireta sem fiscalização do Ministério Público.
- B- Para a escolha dos membros tutelar, o conselho municipal da criança e adolescente enviara ao prefeito municipal uma lista de 12 candidatos que deverá ser aprovado pela câmara de vereadores.
- C- O processo para a escolha dos membros do conselho tutelar (eleição) será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do CRAS - O Centro de Referência de Assistência Social e a fiscalização do Ministério Público.
- D- O processo para a escolha dos membros do conselho tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.
- E- O processo para a escolha dos membros do conselho tutelar (eleição) devendo os candidatos serem filiados a um partido político, com representação na câmara de vereadores. Será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.

14- O Conselho Tutelar é um órgão público permanente e autônomo, representa a sociedade na missão de proteger e defender crianças e adolescentes que tiveram direitos violados ou que estão em situação de risco. É fundamental para ajudar no enfrentamento à negligência, violência e exploração sexual. São atribuições do conselho tutelar? Assinale a alternativa incorreta:

- A- atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- B- atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;



- C- Não compete ao Conselho Tutelar fiscalizar bares, festas, motéis, shows e congêneres, onde eventualmente possam se fazer presentes adolescentes desacompanhados dos pais ou dos responsáveis.
- D- Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente
- E- Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

15-As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- () por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- () por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- () em razão de sua conduta,
- () sem ação e omissão da sociedade, assinale a alternativa correta.

A-V, V, F, V

B- V, F, V, F

C- F, V, F, V

D- F, F.V, F

E- V, V, V, F

16- O estatuto da criança e adolescente, contempla no artigo 28 do Eca a família substituta, qual a sua definição literal?

- A- A família substituta constitui meio idôneo capaz para, sem ordem judicial, por interesse próprio colocar a criança ou adolescente em família (entidade familiar) diversa da de origem, ou seja, da família tida como “natural”.
- B- A família substituta constitui meio inidôneo capaz para, sem ordem judicial, colocar a criança ou adolescente em família (entidade familiar) diversa da de origem, ou seja, da família tida como “natural”.
- C- A família substituta constitui meio inidôneo incapaz para, sem ordem judicial, colocar a criança ou adolescente em família (entidade familiar) diversa da de origem, ou seja, da família tida como “natural”.
- D- A família substituta constitui meio inidôneo incapaz para, sem ordem judicial, colocar a criança ou adolescente em família (entidade familiar) com origem, ou seja, da família tida como “natural”.
- E- A família substituta constitui meio idôneo capaz para, mediante ordem judicial, colocar a criança ou adolescente em família (entidade familiar) diversa da de origem, ou seja, da família tida como “natural”.

17- A adoção de criança e de adolescente reger-se-á segundo o disposto nesta lei.

- A- A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25.
- B- É autorizada a adoção por procuração.
- C- A adoção é medida comum e revogável a qualquer momento quando do arrependimento da família que a criança foi adotada.
- D- A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com restrição, direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os sem impedimentos matrimoniais.
- E- o adotando deve contar com mais de vinte um ano à data do pedido, salvo se não estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.



18- A adoção de uma criança/adolescente é um dos gestos mais bonitos que há. Após o fracasso da reintegração na família biológica ou extensa, o Estado-Juiz para cumprir um mandamento Constitucional de que toda criança tem direito a uma Família, busca pela Adoção a efetivação desse direito que consta no Estatuto da criança e adolescente – ECA.

- a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.
- Se um dos cônjuges ou concubinas adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubinas do adotante e os respectivos parentes.
- podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.
- Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família. Assinale a alternativa correta:

- A- V, V.V, V
- B- V, F, F, V
- C- F, F, V, V
- D- V, V, V, F
- E- V, V, F, V

19 - Qual é a data de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

- A- 13 de dezembro de 1948
- B- 13 de julho de 1990
- C- 05 de outubro de 1988
- D- 13 de março de 1991
- E-13 de julho de 1982

20- Qual é a medida socioeducativa que pode ser aplicada a adolescentes que praticaram ato infracional e não possuem discernimento sobre a gravidade do ato? Assina a alternativa correta:

- A- Liberdade assistida
- B- Prestação de serviços à comunidade
- C- Advertência
- D- Internação
- E- Reclusão

21- De acordo com o ECA, qual é a idade mínima para o trabalho artístico de crianças e adolescentes, exceto na condição de aprendiz?

- A- 10 anos
- B- 12 anos
- C- 14 anos
- D- 16 anos
- E- 21 anos

22- Quais são os princípios fundamentais do ECA?

- A-Dignidade, não discriminação, interesse superior da criança e do adolescente
- B- Liberdade, igualdade, fraternidade.
- C- Responsabilidade, honestidade, solidariedade.
- D- Justiça, paz, igualdade.
- E- Iconicidade, prosperidade, amorosidade



23- O Estatuto da criança e adolescente prevê medidas de proteção para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes: qual são essas medidas?

- A- No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são previstas as medidas de proteção como forma de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes em situações de violação ou ameaça de violação de seus direitos. Essas medidas podem ser aplicadas de forma irregular ou de forma excepcional.
- B- As medidas de proteção aplicadas de forma regular são aquelas destinadas a suprir as necessidades básicas da criança ou do adolescente quando os responsáveis não estão cumprindo sua função de cuidado, sem proteção e educação.
- C- A medida tem caráter punitivo sem garantir o bem-estar da criança ou do adolescente.
- D- As medidas de proteção aplicadas de forma regular são o acolhimento institucional em abrigos, a colocação em família substituta definitiva ou a inclusão em programas de apoio à família.
- E- aplicação das medidas de proteção, tanto de forma irregular quanto de forma excepcional, deve levar em consideração o princípio do interesse superior da punição exemplar das crianças e adolescentes que praticou algum delito.

24- Princípios são o fundamento do sistema jurídico e representam a essência do direito, da moral e da justiça, o que impede que sejam desconsiderados na aplicação do direito. São normas jurídicas, componentes do ordenamento jurídico, e independente positivamente elas têm vigência e validade. Quais são os princípios fundamentais do ECA?

- A - Liberalidade, desigualdade e libertinagem
- B- Dignidade, não-discriminação, interesse superior da criança e do adolescente
- C- Liberdade, igualdade, fraternidade
- D- Responsabilidade, honestidade, solidariedade
- E - Justiça, paz, igualdade, humanidade

25 -Qual é a medida socioeducativa que pode ser aplicada a adolescentes que praticaram ato infracional e não possuem discernimento sobre a gravidade do ato?

- A - Liberdade assistida
- B - Prestação de serviços à comunidade
- C - Advertência
- D - Internação
- E – Detenção e reclusão

26- O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que é direito da criança e do adolescente serem criados e educados no seio de sua família, de preferência em ambiente familiar, e somente em situações excepcionais deve-se recorrer à medida de acolhimento institucional. As exceções em que essa medida pode ser aplicada são:

- A- Somente quando em situação de abandono e situação de violência praticado por pais separados.
- B- Situação de abandono, Situação de violência ou negligência familiar, Situação de risco pessoal ou social, Situação de medida protetiva em caráter excepcional, situação de medida protetiva em caráter excepcional.
- C- Somente quando não ocorrer violência ou negligência familiar
- D- Somente em risco social, sem medida protetiva, em situação de abandono do recém-nascido.
- E - Somente em situação não protetiva em caráter predeterminado.



27- A Lei nº 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é o documento que traz a doutrina da proteção integral dos direitos da Criança, que coloca a criança e o adolescente como sujeitos de direito com proteção e garantias específicas, De acordo com o ECA, é correto afirmar que:

- A- O abandono afetivo por parte dos pais não configura violação aos direitos da criança e do adolescente.
- B- A medida de acolhimento institucional deve ser utilizada como primeira opção, priorizando sempre a retirada da criança do convívio familiar. A colocação em família substituta é medida excepcional e temporária, somente admissível na impossibilidade de manutenção da criança ou do adolescente na família de origem.
- C - Colocação em família substituta é medida excepcional e temporária, somente admissível na impossibilidade de manutenção da criança ou do adolescente na família de origem.
- D- O poder familiar não pode ser suspenso em hipótese alguma, visto que é um direito absoluto dos pais.
- E - O abandono afetivo por parte dos pais adotivo não configura violação aos direitos da criança e do adolescente.

28- Com base no ECA, é correto afirmar que:

- () A prática de atos infracionais cometidos por adolescentes é equiparada a crimes e, portanto, a pena aplicada é a mesma prevista para adultos.
 - () O direito à convivência familiar e comunitária é assegurado apenas para crianças, não abrangendo os adolescentes
 - () O ECA não prevê a aplicação de medidas socioeducativas em casos de atos infracionais cometidos por adolescentes.
 - () É garantido o direito ao respeito por parte de profissionais, entidades e serviços de atendimento, sendo vedada qualquer forma de discriminação.
- A- F, F, V, F
B- F, F, V, V
C- F, F, F, V
D- V, V, V, F
E- V, F, V, F

29- A diferença entre “família natural e família substituta”; fundamento legal para colocação em família substituta; diferença entre guarda, curatela e adoção; e requisitos para colocação em família substituta. Conforme o ECA, a colocação em família substituta é medida:

- A- Definitiva e obrigatória, priorizando a adoção como única opção.
- B- Temporária e excepcional, somente admissível quando esgotados todos os esforços de manutenção na família de origem.
- C- Provisória e facultativa, sendo uma alternativa ao acolhimento institucional.
- D- Voluntária e irrestrita, permitindo aos pais biológicos optarem pela substituição da guarda.
- E - Provisória, não priorizando a adoção como a única opção.

30- De acordo com o ECA, qual é a idade mínima para o trabalho artístico de crianças e adolescentes, exceto na condição de aprendiz?

- A) 10 anos
- B) 12 anos
- C) 14 anos
- D) 16 anos
- E) 21 anos

